

A CASA DO SIMULADO



MINISSIMULADO 151/360

PORTUGUÊS





SIMULADO – 151/360

PORTUGUÊS

INSTRUÇÕES

- **TEMPO: 30 MINUTOS**
- **MODALIDADE: CERTO OU ERRADO**
- **30 QUESTÕES**



COMPOSIÇÃO DO SIMULADO

- **30 Questões Português**



DEMAIS SIMULADOS NO LINK ABAIXO



[CLIQUE AQUI](#)

REDE SOCIAL



[CURTA NOSSA PÁGINA](#)

MATERIAL LIVRE

Este material é **GRATUITO e pode ser divulgado e compartilhado**: A Casa do Simulado a autoriza. A venda desse material é proibida!

IMPORTÂNCIA DO TREINO DIÁRIO

É de conhecimento de todos que fazer questões é um dos melhores métodos de absorção de conteúdo, em contrapartida nem todos podem dispendir tempo para se organizar e realizar questões com a frequência necessária para manutenção dos conceitos. Todo dia haverá um minissimulado novo, se não puderem fazer todos os dias, ao menos no final de semana treine, a equipe da Casa do Simulado deseja a todos bons estudos.

TEXTO CB1A1BBB**Texto CB1A1BBB**

1 Estranhamente, governos estaduais cujas despesas
com o funcionalismo já alcançaram nível preocupante ou que
estouraram o limite de gastos com pessoal fixado pela
4 Lei Complementar n.º 101/2000, denominada Lei de
Responsabilidade Fiscal (LRF), estão elaborando sua própria
legislação destinada a assegurar, como alegam, maior rigor na
7 gestão de suas finanças. Querem uma nova lei de
responsabilidade fiscal para, segundo argumentam, fortalecer
a estrutura legal que protege o dinheiro público do mau uso por
10 gestores irresponsáveis.

Examinando-se a situação financeira dos estados que
preparam sua versão da lei de responsabilidade fiscal, fica
13 difícil aceitar a argumentação. Desde maio de 2000, quando
entrou em vigor a LRF, esses estados, como os demais, estão
sujeitos a regras precisas para a gestão do dinheiro público,
16 para a criação de despesas e, em particular, para os gastos com
pessoal. Por que, tendo descumprido algumas dessas regras,
estariam interessados em torná-las ainda mais rigorosas?

19 Não foi a lei que não funcionou, mas os responsáveis
pelo dinheiro público que, por alguma razão, não a cumpriram.
De que adiantaria, então, tornar a lei mais rigorosa, se nem nas
22 condições atuais esses responsáveis estão sendo capazes de
cumprí-la? O problema não está na lei. Mudá-la pode ser
o pretexto não para torná-la mais rigorosa, mas para
25 atribuir-lhe alguma flexibilidade que a desfigure. O verdadeiro
problema é a dificuldade do setor público de adaptar suas
despesas às receitas em queda por causa da crise.

Internet: <<http://opinioao.estadao.com.br>> (com adaptações).

QUESTÕES

A respeito das ideias do texto CB1A1BBB, julgue os itens a seguir.

1. Para o autor do texto, o descumprimento das normas da LRF em alguns estados decorreu do fato de a própria lei ser pouco clara em relação aos gastos públicos e também da incapacidade dos gestores do dinheiro público de adaptar as contas estaduais à realidade financeira do país.
2. Para o autor do texto, é um contrassenso a proposta de tornar a LRF mais rigorosa.

3. De acordo com o texto, as normas da LRF dispõem principalmente sobre gastos com pessoal, pois esse tipo de gasto causa mais problemas para os responsáveis pela gestão do dinheiro público.
4. Segundo o texto, o objetivo de se propor uma nova lei de responsabilidade fiscal, mais rígida quanto à proteção do dinheiro público, é desconfigurar a LRF.

TEXTO CB5A1AAA**Texto CB5A1AAA**

1 Tratando-se do dever de prestar contas anuais, cabe,
inicialmente, verificar como tal obrigação está preceituada no
ordenamento jurídico. A Constituição Federal prevê que cabe
4 ao presidente prestar contas anualmente ao Poder Legislativo.
Por simetria, tal obrigação estende-se ao governador do estado
e aos prefeitos municipais.

7 O dever anual de prestar contas é da pessoa física.
Assim sendo, no nível municipal, esse dever é do prefeito, que,
nesse caso, age em nome próprio, e não em nome do
10 município. Tal obrigação se dá em virtude de força da lei. O
povo, que outorgou mandato ao prefeito para gerir seus
recursos, exige do prefeito — por meio de norma editada pelos
13 seus representantes — a prestação de contas. Sendo tal
prestação obrigação personalíssima, não se pode admitir que
seja executada por meio de pessoa interposta. Isso quer dizer
16 que o tribunal de contas deve recusar, por exemplo, a prestação
de contas apresentada por uma prefeitura referente à obrigação
de um ex-prefeito. Quer dizer também que o ex-prefeito
19 continua sujeito a todas as sanções previstas para aqueles que
não prestam contas.

Por essa razão, é necessário que haja a separação das
22 contas — que devem, inclusive, ser processadas em autos
distintos — quando ocorrer de o cargo de prefeito ser ocupado
por mais de uma pessoa durante o exercício financeiro. Nesse
25 caso, cada um será responsável pelo período em que ocupou o
cargo.

Ailana Sá Serezo Furtado. O dever de prestar contas dos prefeitos. Internet: <<https://jus.com.br>> (com adaptações).

QUESTÕES

A respeito das ideias veiculadas no texto CB5A1AAA, julgue o próximo item.

5. Governadores e prefeitos devem prestar contas ao Congresso Nacional.

6. As contas do prefeito e da prefeitura devem ser prestadas separadamente, uma vez que servem a funções distintas.
7. O presidente da República, o governador do estado e o prefeito municipal devem prestar contas no início de cada ano.
8. Ao ex-prefeito, que continua sujeito a todas as sanções previstas em lei, não é permitido apresentar contas após o prazo previsto para essa obrigação.

Julgue os itens que se segue, a respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto CB5A1AAA.

9. A expressão “Por essa razão” (l.21) introduz no parágrafo em que ocorre uma ideia de finalidade.
10. A correção gramatical do texto seria mantida caso, na linha 14, a partícula “se” fosse empregada imediatamente após a forma verbal “pode” – escrevendo-se da seguinte forma: pode-se.
11. O termo “ao Poder Legislativo” (l.4) exerce a função de complemento da forma verbal “prevê” (l.3).
12. Sem prejuízo da correção gramatical, o trecho “estende-se” (l.5) poderia ser substituído por é estendida.

13. Sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical do texto, o trecho “é necessário que haja a separação das contas” (l. 21 e 22) poderia ser reescrito da seguinte forma: é necessário que hajam contas separadas.

14. A supressão da vírgula empregada no trecho “a arte do inimigo, vária” (l.20) prejudicaria o sentido original do texto.

TEXTO CB5A1BBB

Texto CB5A1BBB

1 A partir do momento em que o Estado passa a cobrar tributos de seus cidadãos, amealhando para si parte da riqueza nacional, surge a necessidade de destinação de tais quantias à
4 realização das necessidades públicas, pois, não visando ao lucro, o Estado não pode cobrar mais do que os dispêndios que
7 lhe são imputados. Na chamada atividade financeira do Estado, sua principal ferramenta é o orçamento público, pois nele constam as decisões políticas tomadas pelo administrador com o objetivo de satisfação dos interesses coletivos.

10 Muito mais do que um mero documento de estimação e fixação das receitas e despesas, o orçamento, conforme o texto constitucional vigente, constitui um verdadeiro sistema
13 integrado de planejamento, de sorte que, constituindo um verdadeiro orçamento-programa, o orçamento público passa a constituir etapas do planejamento de desenvolvimento
16 econômico e social, isto é, passa a ser conteúdo dos planos e programas nacionais, regionais e setoriais, que devem ser compatibilizados com o plano plurianual.

19 Extrapolando-se os limites da simples teoria clássica do orçamento, pode-se dizer que o orçamento, em sua feição atual, não deve ser compreendido unicamente como a simples
22 autorização de gastos do Poder Executivo pelo Poder Legislativo. Não se pode olvidar que, a partir do momento em que houve a limitação das antigas monarquias absolutistas, o
25 rei passou a necessitar de autorização de seus vassallos para a realização dos gastos da coroa — como preceituado, por exemplo, na Magna Charta Libertatum, de 1215, e na Petition
28 of Rights, de 1628. Também não se deve desconsiderar que a revolução orçamentária deveu-se, em grande parte, à idealização do Estado liberal burguês, que emana, segundo
31 especialistas da área, de razões políticas, e não financeiras.

Conquanto esses fatos tenham contribuído para a formação do orçamento em sua tessitura tradicional, é preciso,
34 hoje, refletir sobre a real natureza da lei orçamentária atual, se autorizativa ou impositiva.

César Augusto Carra. O orçamento impositivo aos estados e aos municípios. Internet: <libano.tce.mg.gov.br> (com adaptações).

QUESTÕES

Julgue os itens a seguir, acerca das ideias do texto CB5A1BBB.

15. É correto afirmar que o texto não defende nem a ideia de que a lei orçamentária atual seja autorizativa nem a de que seja impositiva.
16. O Estado não pode cobrar dos cidadãos mais do que o necessário para cobrir seus gastos, porque não visa ao lucro.
17. A limitação das antigas monarquias absolutistas e a idealização do Estado liberal burguês estão relacionadas à formação do orçamento em sua tessitura tradicional.
18. Diferentemente do que ocorre hoje, em épocas anteriores, o objetivo do orçamento do Estado consistia, primordialmente, em estimar e fixar despesas e receitas.

Julgue os itens seguintes, com relação aos aspectos linguísticos do texto CB5A1BBB.

19. A substituição do vocábulo “olvidar” (l.23) por esquecer manteria o sentido e a correção gramatical do texto.
20. A expressão “de sorte que” (l.13) denota algo positivo, tendo sido empregada no texto para defender o lado positivo de o orçamento público constituir um “orçamento-programa” (l.14).

21. Na linha 6, o pronome “lhe” refere-se a “Estado”.

Os itens a seguir apresentam trechos adaptados de textos do sítio do TCE/PA. Julgue-o quanto à correção gramatical.

22. A proposta de resolução será analisada pelos conselheiros antes de ser aprovada, onde os conselheiros podem apresentar emendas e sugestões antes do julgamento do texto.
23. Foi lançado no TCE/PA a campanha de arrecadação de capas de resmas de papel, que serão transformadas em sacolas e distribuídas à cerca de mil pacientes.
24. O evento, que aconteceu no Ginásio da Escola Superior de Educação Física, contou com a participação de diversas instituições, que, durante toda a manhã, prestaram serviços à população.
25. O Portal da Transparência do TCE/PA foi lançado, em maio de 2010, é um canal pelo qual a sociedade pode acompanhar a execução orçamentária e financeira deste tribunal.

TEXTO CB8A1BBB**Texto CB8A1BBB**

1 Passados os atropelos da chegada de D. João ao
 2 Brasil, era hora de colocar mãos à obra. Os planos eram
 3 grandiosos e havia tudo por fazer. A colônia precisava
 4 de estradas, escolas, tribunais, fábricas, bancos, moeda,
 5 comércio, imprensa, biblioteca, hospitais, comunicações
 6 eficientes. Em especial, necessitava de um governo que
 7 se responsabilizasse por tudo isso. D. João não perdeu tempo.
 8 No dia 10 de março de 1808, quarenta e oito horas depois
 9 de desembarcar no Rio de Janeiro, organizou seu novo
 10 gabinete.

11 Caberia a esse gabinete criar um país a partir do nada.
 12 Havia duas frentes de ação. A primeira, interna, incluiu as
 13 inúmeras decisões administrativas que D. João tomou, logo
 14 ao chegar, para melhorar a comunicação entre as províncias,
 15 estimular o povoamento e o aproveitamento das riquezas
 16 da colônia. A outra frente era externa. Visava ampliar
 17 as fronteiras do Brasil, em uma tentativa de aumentar
 18 a influência portuguesa na América. Era também uma forma
 19 de punir os adversários europeus de Portugal, ocupando seus
 20 territórios e ameaçando seus interesses americanos. Nesse caso,
 21 os avanços foram precários e sem consequências duradouras.

22 No final de 1808, uma tropa de quinhentos soldados
 23 brasileiros e portugueses, escoltada por uma pequena força
 24 naval, invadiu a Guiana Francesa e sitiou a capital, Caiena,
 25 cujo governador se rendeu sem resistência no dia 12 de janeiro.
 26 Era uma retaliação à invasão de Portugal pelas tropas de
 27 Napoleão. Uma segunda ofensiva seria a anexação da chamada
 28 Banda Oriental do Rio da Prata, atual território do Uruguai,
 29 em represália à aliança da Espanha com a França napoleônica.
 30 Foram ambas conquistas efêmeras. A Guiana se livrou das
 31 tropas de D. João oito anos mais tarde. O Uruguai conseguiria
 32 sua independência em 1828.

33 Com os planos de expansão territorial fracassados,
 34 restou a D. João se concentrar na primeira — e mais ambiciosa
 — de suas tarefas: mudar o Brasil para reconstruir nos trópicos
 o sonhado império americano de Portugal.

Laurentino Gomes. 1808. São Paulo:
 Ed. Planeta do Brasil, 2007 (com adaptações).

poderia ser assim reescrito:
 Ambas conquistas foram
 fortuitas.

28. Seriam mantidas a correção gramatical e as informações veiculadas no texto caso o ponto final empregado logo após “tempo” (l. 7) fosse substituído por dois-pontos, da seguinte forma: D. João não perdeu tempo: no dia 10 de março (...).
29. No início do último parágrafo do texto, os travessões foram empregados para isolar informação adicional que se intercala no discurso.
30. Preservando-se a correção gramatical e o sentido original do texto, seu primeiro período poderia ser reescrito da seguinte forma: Depois de ter ultrapassado as primeiras urgências da vinda de D. João à colônia, chegou o momento de começar a trabalhar.

QUESTÕES

Com relação a aspectos linguísticos do texto CB8A1BBB, julgue os itens subsequentes.

26. Ocorre crase em “represália à aliança” (l.29) porque “represália” exige complemento regido pela preposição a e “aliança” está antecedido do artigo a.
27. Sem prejuízo para a correção gramatical e o sentido do texto, o trecho “Foram ambas conquistas efêmeras” (l.30)

FOLHA DE RESPOSTAS

ANOTAÇÕES:	Questão	Resposta
	01	
	02	
	03	
	04	
	05	
	06	
	07	
	08	
	09	
	10	
	11	
	12	
	13	
	14	
	15	
	16	
	17	
	18	
	19	
	20	
	21	
	22	
	23	
	24	
	25	
	26	
	27	
	28	
	29	
	30	

GABARITO

Questão	Resposta	ANOTAÇÕES:
01	E	
02	C	
03	E	
04	E	
05	E	
06	E	
07	E	
08	E	
09	E	
10	E	
11	E	
12	C	
13	E	
14	C	
15	C	
16	C	
17	C	
18	E	
19	C	
20	E	
21	C	
22	E	
23	E	
24	C	
25	E	
26	C	
27	E	
28	C	
29	C	
30	E	



COMO TIRAR O MÁXIMO PROVEITO DE UM SIMULADO

1



LUGAR RESERVADO

ESCOLHA UM LUGAR RESERVADO E SILENCIOSO PARA REALIZAR O SIMULADO. SE MORA COM MAIS PESSOAS, AVISE-AS PARA QUE NÃO INCOMODEM DURANTE A REALIZAÇÃO.

3



BEBA ÁGUA

DURANTE A PROVA, MANTENHA-SE SEMPRE HIDRATADO. ESTUDOS COMPROVAM A EFICIÊNCIA ENTRE A ÁGUA E O BOM DESEMPENHO MENTAL.

5



RETA FINAL

A EQUIPE A CASA DO SIMULADO DESEJAMOS A TODOS UMA BOA PROVA!

2



CRONOMETRE

OBSERVE NO EDITAL DO SEU CONCURSO QUAL SERÁ A DURAÇÃO DO CERTAME E FAÇA O SIMULADO NO TEMPO EQUIVALENTE. APRENDA A DISTRIBUIR O TEMPO ENTRE AS QUESTÕES. NÃO DEIXE PARA DESCOBRIR NO DIA DA PROVA QUAIS TIPOS DE QUESTÕES MERECEM MAIS TEMPO DA SUA ATENÇÃO.

4



BALANÇO

DEPOIS DO TÉRMINO DO SIMULADO, CONFIRA O GABARITO, ANALISE QUAIS SÃO SEUS PONTOS FORTES E OS PONTOS FRACOS PARA O DEVIDO AJUSTE NO SEU CRONOGRAMA DE ESTUDOS.

A CASA DO SIMULADO